Atlântica Capitalização S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011

KPMG

Atlântica Capitalização S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias

em 30 de junho de 2011

Conteúdo

Relatório da Administração 3 - 4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias 5 - 6

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações de resultados 8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstrações dos fluxos de caixa 10

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias 11 - 30

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Resultado do semestre

A Atlântica Capitalização S.A. apresentou, no semestre, Lucro Líquido de R$ 885.106
(R$ 2.404.619 em 2010).

Riscos: operacional, crédito, mercado e legal

As políticas de gestão dos riscos implementadas estão alinhadas às melhores práticas de governança e de modelos adotados no mercado internacional, atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e de Governança Corporativa.

Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e estabelecimento de procedimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Nos termos da regulamentação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legal e operacional.

Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo

A Atlântica Capitalização S.A. possui o compromisso permanente de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, contribuindo assim com as autoridades governamentais de controle, nacionais e internacionais. Outrossim, atua constantemente para assegurar a conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas ao tema e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Prevenção a fraude

A Atlântica Capitalização S.A. em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção a Fraude mantém-se vigilante em identificar e minimizar riscos operacionais e legais aos quais a empresa possam estar sujeita, caso venham a ser envolvida em tentativa para negócios ou práticas de fraudes/crimes de qualquer natureza.

Dentro desse contexto, adota um efetivo sistema e procedimentos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia a sociedade, para que possam relatar à área responsável operações ou ocorrências com indícios de cometimento desse ato ilícito e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam irregularidades.

Governança corporativa

Em consonância e adoção às melhores práticas de Governança Corporativa, dentre outras ações, o Grupo Bradesco Seguros e suas controladas possuem Comitês formalmente instituídos, que suportam as operações e conferem transparência na busca constante de padrões de integridade e comportamento ético.

Controles internos e compliance

Durante o semestre, com base na política corporativa definida e visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Atlântica Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são regularmente aplicados, em conformidade com os principais *frameworks* de controles.

Segurança da informação

O Grupo Bradesco Seguros está respaldado por uma infraestrutura sólida de TI e mecanismos de proteção, cujos controles estão relacionados aos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como por políticas e normas de segurança da informação, além de treinamentos que visam à disseminação do assunto e à conscientização dos colaboradores.

Essas medidas, dentre outras vantagens, objetivam garantir que os ativos de informação sejam salvaguardados de uso indevido, permitindo à empresa o cumprimento de suas atividades de forma segura.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos o apoio recebido do Órgão regulador.

São Paulo, 26 de agosto de 2011.

Diretoria

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Atlântica Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Atlântica Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Capitalização S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 24 de fevereiro de 2011 e 26 de agosto de 2010, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 31 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC 1RJ079849/O-3 S-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Atlântica Capitalização S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010

(Em Reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante		51.386.607	58.323.326
Disponível		3.333	40.348
Caixa e bancos		3.333	40.348
Aplicações	4	50.870.160	57.798.193
Títulos e créditos a receber		476.484	484.785
Títulos e créditos a receber		54.814	90.526
Créditos tributários e previdenciários	5	422.670	394.259
Despesas antecipadas		36.630	-
Ativo não circulante		9.824.771	6.422.069
Títulos e créditos a receber		9.824.771	6.422.069
Créditos tributários e previdenciários	5	7.884.226	4.756.656
Depósitos judiciais e fiscais	9	1.940.545	1.665.413
Total do ativo		61.211.378	64.745.395

Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		1.488.039	1.612.793
Contas a pagar		1.470.895	1.592.667
Obrigações a pagar	6	1.322.546	1.163.867
Impostos e encargos sociais a recolher		187	33
Impostos e contribuições	7	148.162	428.767
Provisões técnicas - Capitalização	8	17.144	20.126
Provisão para resgates		17.144	20.126
Passivo não circulante		2.260.248	1.962.793
Contas a pagar		319.703	297.380
Tributos diferidos		319.703	297.380
Outros débitos		1.940.545	1.665.413
Provisões judiciais	9	1.940.545	1.665.413
Patrimônio líquido		57.463.091	61.169.809
Capital social		61.300.000	61.300.000
Reservas de lucros		6.370.123	6.370.123
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(11.092.138)	(6.500.314)
Lucros acumulados		885.106	-
Total do passivo		61.211.378	64.745.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em Reais)

	Nota	2011	2010
Outras receitas e (despesas) operacionais		(223)	(1.288)
Despesas administrativas	13a	(120.463)	(152.993)
Despesas com tributos	13b	(102.937)	(226.368)
Resultado financeiro	13c	1.468.548	4.005.092
Receitas financeiras		1.558.128	4.360.502
Despesas financeiras		(89.580)	(355.410)
Resultado operacional		1.244.925	3.624.443
Resultado antes dos impostos		1.244.925	3.624.443
Imposto de renda	14	(221.873)	(759.342)
Contribuição social	14	(137.946)	(460.482)
Lucro líquido do semestre		885.106	2.404.619
Quantidade de ações		54.409.942	54.409.942
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		16,27	44,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva estatutária**	**Ajustes com títulos e valores mobiliários**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2010	61.300.000	521.428	2.757.198	(284.299)	-	64.294.327
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(6.631.432)	-	(6.631.432)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.404.619	2.404.619
Saldos em 30 de junho de 2010	61.300.000	521.428	2.757.198	(6.915.731)	2.404.619	60.067.514
Saldos em 1º de janeiro de 2011	61.300.000	724.149	5.645.974	(6.500.314)	-	61.169.809
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(4.591.824)	-	(4.591.824)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	885.106	885.106
Saldos em 30 de junho de 2011	61.300.000	724.149	5.645.974	(11.092.138)	885.106	57.463.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Em Reais)

	2011	2010
Atividades operacionais		
Pagamentos de resgates e comissões	-	(1.288)
Pagamentos de despesas e obrigações	(148.681)	(138.305)
Outros pagamentos operacionais	(138.600)	(111.554)
Recebimentos de juros e dividendos	951.102	1.161.220
Constituição de depósitos judiciais	(219.324)	(247.386)
Caixa gerado pelas operações	444.497	662.687
Impostos e contribuições pagos	(459.449)	(2.757.634)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(15.955.002)	(144.005.555)
Vendas e resgates	15.932.939	146.088.417
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(37.015)	(12.085)
(Redução) líquida de caixa	(37.015)	(12.085)
Caixa no início do semestre	40.348	26.064
Caixa no final do semestre	3.333	13.979
(Redução) líquida de caixa	(37.015)	(12.085)
Ativos livres no início do semestre	57.748.094	65.968.751
Ativos livres no final do semestre	50.817.295	55.974.775
Redução nas aplicações financeiras - Recursos livres	(6.930.799)	(9.993.976)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Atlântica Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Semestre findo em 30 de junho de 2011

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista nº 1.415.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Capitalização S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em 26 de agosto de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

Em consonância com à Circular SUSEP n° 426/11, foi mantida para as sociedades de capitalização, a forma de contabilização estabelecida pela Circular SUSEP n° 379/2008.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21.

b. Base para avaliação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos registrados nas demonstrações contábeis e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período financeiro estão descritas nas notas explicativas apresentadas abaixo:

- Nota 4 - Aplicações financeiras
- Nota 5 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 8 - Provisões Técnicas
- Nota 9 - Provisões judiciais

d. Caixa e equivalentes a caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F BOVESPA).

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco por meio do Value at Risk (VaR).

g. Provisões técnicas

Os produtos de capitalização têm suas provisões técnicas constituídas no momento do recebimento dos recursos, assim como as receitas são reconhecidas ao resultado quando do efetivo recebimento das mensalidades dos planos de capitalização.

As provisões de resgates são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável.

A provisão para resgates de títulos vencidos, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos já vencidos, porém não resgatados, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes - São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. **Obrigações legais** - Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável semestral excedente a R$ 120 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

j. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

3 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros (risco de mercado), de crédito e de liquidez. A Companhia faz parte do Grupo Bradesco Seguros e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Bradesco Seguros possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

4 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	30/06/11	%	31/12/10	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.633.900	3,21	1.609.626	2,78
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.633.900	3,21	1.609.626	2,78
Títulos disponíveis para venda	49.236.260	96,79	56.188.567	97,22
Títulos de renda variável - Ações	49.236.260	96,79	56.188.567	97,22
	50.870.160	100,00	57.798.193	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos abertos foram considerados com base no percentual de participação da Companhia nos fundos.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Valor contábil	Valor do investimento	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.491.650	142.250	1.633.900	-	-
Letras do tesouro nacional	1.491.650	-	1.491.650	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	142.250	142.250	-	-
Títulos disponíveis para venda	49.236.260	-	49.236.260	67.723.152	(18.486.892)
Ações	49.236.260	-	49.236.260	67.723.152	(18.486.892)
Total em 30 de junho 2011	50.727.910	142.250	50.870.160	67.723.152	(18.486.892)

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Valor contábil	Valor do investimento	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.468.402	141.224	1.609.626	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	141.224	141.224	-	-
Letras do tesouro nacional	5.310	-	5.310	-	-
Notas do tesouro nacional	1.463.092	-	1.463.092	-	-
Títulos disponíveis para venda	56.188.567	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Ações	56.188.567	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Total em 31 de dezembro 2010	57.656.969	141.224	57.798.193	67.022.423	(10.833.856)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/11	31/12/10
Total das provisões técnicas	17.144	20.126
Títulos de renda fixa	52.865	50.099

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	30/06/11		31/12/10	
	Nível 1	**Total**	**Nível 1**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	1.633.900	1.633.900	1.609.626	1.609.626
Letras financeiras do tesouro	142.250	142.250	141.224	141.224
Letras do tesouro nacional	1.491.650	1.491.650	5.310	5.310
Notas do tesouro nacional	-	-	1.463.092	1.463.092
Disponíveis para venda	49.236.260	49.236.260	56.188.567	56.188.567
Ações	49.236.260	49.236.260	56.188.567	56.188.567
Total	50.870.160	50.870.160	57.798.193	57.798.193

e. Movimentação das aplicações financeiras

Saldo em 1º janeiro de 2011	57.798.193
(+) Aplicações	10.320.358
(-) Resgates	(9.687.848)
(+) Rendimentos	92.496
(+/-) Ajuste a valor justo	(7.653.039)
Saldo em 30 de junho de 2011	50.870.160

f. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não possuía instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R$ 5.307 em posição comprada, como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de investimento	**Mercadoria**	**Quantidade**	**Ano de vencimento**	**Tipo de compromisso**	**Valor de referência 31/12/10**
Bradesco FIF RF Método	DI1	1	2011	Venda	(5.307)
Resultado do período					422

5 Créditos tributários e previdenciários

	30/06/11			31/12/10		
	Até 1 ano	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Até 1 ano**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Diferenças temporárias (i)	145.955	7.884.226	8.030.181	211.556	4.756.656	4.968.212
Impostos a compensar	276.006	-	276.006	181.994	-	181.994
Outros créditos	709	-	709	709	-	709
Total	422.670	7.884.226	8.306.896	394.259	4.756.656	5.150.915

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

	2011	**2012**	**2013**	**2014**
Previsão de realização - %	22,97	31,24	37,53	8,26

(i) Movimentação de tributos diferidos

	Saldo em 01/01/11	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 30/06/11**
Provisão judicial	334.553	-	(19.369)	315.184
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	4.333.544	3.061.215	-	7.394.759
Outros	300.115	20.123	-	320.238
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.968.212	3.081.338	(19.369)	8.030.181

6 Obrigações a pagar

	30/06/11	31/12/10
Dividendos a pagar	962.925	962.925
Valores a pagar - Compra de ações	233.078	-
Outras obrigações a pagar	136.543	200.942
Total	1.322.546	1.163.867

7 Impostos e contribuições

	30/06/11	31/12/10
Imposto de renda	92.253	314.200
Contribuição social	53.491	96.265
COFINS	2.080	15.744
PIS	338	2.558
Total	148.162	428.767

8 Provisões técnicas

a. Composição

	30/06/11	31/12/10
Provisão para resgates		
Provisão para resgates de títulos vencidos	17.144	20.126
Total	17.144	20.126

b. Movimentação das provisões técnicas

Saldo em 1º janeiro de 2011	20.126
(-) Resgates	(3.085)
(+) Atualização monetária e juros	103
Saldo em 30 de junho de 2011	17.144

9 Provisões judiciais

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. A principal questão é:

- **CSLL** - Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR - R$ 1.940.545 (R$ 1.665.413 em 31/12/2010) que se encontra totalmente provisionado e depositado judicialmente. Pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Companhia.

Movimentação

	Fiscais
Saldo em 1º janeiro de 2011	1.665.413
Constituições	219.324
Atualização monetária	55.808
Saldo em 30 de junho de 2011	1.940.545

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 54.409.942 (54.409.942 em 30/06/2010) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembléias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

11 Patrimônio líquido ajustado

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 227/10 e 228/10 o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das companhias de capitalização é composto por um capital base e um capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser aferida pela diferença entre PLA e CMR na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01 como demonstrado abaixo para a data-base de 30 de junho de 2011:

Patrimônio líquido contábil	57.463.091
Despesas antecipadas	(36.630)
Patrimônio líquido ajustado	57.426.461
Capital mínimo requerido (b)	11.823.320
Capital base	10.800.000
Capital adicional de risco de crédito	1.023.320
Suficiência (a) - (b)	45.603.141

12 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo/(passivo)		Receita/(despesa)	
	30/06/11	**31/12/10**	**30/06/11**	**30/06/10**
Disponibilidades				
Banco Bradesco S.A.	7.280	20.125	-	-
Valores a receber				
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	259	-	-	-
Valores a pagar				
Bradesco Seguros S.A.	-	(2.377)	-	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	-	(24.283)	-	-
Dividendos a pagar				
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	(182.685)	(182.685)	-	-
Bradesco Capitalização S.A.	(780.241)	(780.241)	-	-
Outras despesas (i)				
Banco Bradesco S.A.	-	-	(6.738)	(6.738)
Total	(955.387)	(969.461)	(6.738)	(6.738)

(i) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, sendo que os administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa da organização.

13 Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas administrativas

	30/06/11	**30/06/10**
Despesas com serviços de terceiros	(35.524)	(36.917)
Despesas com localização e funcionamento	(1.107)	(357)
Despesas com publicações	(69.349)	(102.231)
Despesas com donativos e contribuições	(14.125)	(13.373)
Outras	(358)	(115)
	(120.463)	(152.993)

b. Despesas com tributos

	30/06/11	**30/06/10**
Despesas com PIS	(7.559)	(24.430)
Despesas com COFINS	(46.516)	(150.342)
Despesas com taxa de fiscalização	(48.566)	(50.700)
Outras	(296)	(896)
	(102.937)	(226.368)

c. Resultado financeiro

i. Receitas financeiras

	30/06/11	30/06/10
Receitas com fundos de investimentos	92.496	314.244
Receitas com títulos de renda variável	1.395.447	4.005.886
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	55.808	34.049
Outras	14.377	6.323
	1.558.128	4.360.502

ii. Despesas financeiras

	30/06/11	30/06/10
Despesas com títulos de renda variável	-	(225.000)
Tributação sobre operações financeiras	(5.222)	(67.420)
Despesas financeiras com títulos de capitalização	(103)	(61)
Despesas com agentes de custódia e câmara de liquidação de ativos	(24.937)	(10.840)
Atualização monetária de contingências passivas	(55.808)	(34.049)
Outras	(3.510)	(18.040)
	(89.580)	(355.410)
Total	1.468.548	4.005.092

d. Resultado financeiro por categoria

	30/06/11	30/06/10
Resultado de instrumentos financeiros		
Ativos disponíveis para venda	1.395.447	4.005.886
Ativos a valor justo por meio do resultado	92.496	314.244
Total	1.487.943	4.320.130

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/11	30/06/10
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no semestre sobre adições temporárias	(21.570)	2.570
Subtotal	(21.570)	2.570
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(338.249)	(1.222.394)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(359.819)	(1.219.824)

14 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	30/06/11	30/06/10
Resultado antes de impostos e participações	1.244.925	3.624.443
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente	(497.970)	(1.449.777)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (1)	3.236	(386)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	126.877	221.826
Outros	8.038	8.513
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no semestre	(359.819)	(1.219.824)

(1) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

15 Informações complementares

a. Relatório do comitê de auditoria

Em consonância com a Resolução CNSP nº 118/2004, o resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 27 de julho de 2011.

b. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2011, o acionista da Empresa deliberou sobre o aumento de capital no montante de R$ 13.700.000, mediante a emissão de 13.227.995 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal.

c. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	30/06/11	**30/06/10**
Lucro líquido do semestre	885.106	2.404.619
(+/-) Variação as aplicações	6.928.033	9.991.998
(+/-) Variação de títulos e créditos a receber	(3.394.401)	(4.654.695)
(+/-) Variação das despesas antecipadas	(36.630)	(5.273)
(+/-) Variação de contas a pagar	(99.449)	(1.398.798)
(+/-) Variação de provisões técnicas	(2.982)	61
(+/-) Outros débitos	275.132	281.435
(+/-) Ajuste TVM	(4.591.824)	(6.631.432)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(37.015)	(12.085)

Atlântica Capitalização S.A.

Diretoria

Norton Glabes Labes - Diretor-Presidente
Marcos Suryan Neto - Diretor Gerente
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor Gerente
Ricardo Alahmar - Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor
Enrique Adan Y Coello - Diretor
Tarcísio José Massote de Godoy - Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Getúlio Antônio Guidini
Contador - CRC 1RS034447/O-7S-SP